

**UMA QUESTÃO INDÍGENA: O ABASTECIMENTO DE PERNAMBUCO
DURANTE O DOMÍNIO HOLANDÊS (1630-1654)****AN INDIGENOUS ISSUE: THE SUPPLY OF PERNAMBUCO DURING THE
DUTCH DOMINION (1630-1654)**

Resumo: Entre os anos de 1630 e 1654, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC) ocupou as Capitanias do Norte do Brasil. Seu interesse estava relacionado principalmente à possibilidade de auferir lucros com açúcar, em represália aos vários embargos impostos pela Monarquia de Habsburgo. Apesar dos reveses da invasão, a produção açucareira não só permaneceu, como financiou a guerra da resistência luso-brasileira. Paralelamente, também foi mantida a produção da farinha de mandioca, indispensável para o sustento dos colonos e das tropas na guerra. Grande parte do plantio de mandioca, como de outros viveres, era feito pelos indígenas, cujos roçados ficavam nas aldeias que normalmente circunvizinhavam os engenhos. Dessa maneira, torna-se imprescindível para o estudo do que foi a ocupação holandesa no Brasil entender o papel dos povos nativos nessa guerra. Para além de fornecerem braços que engrossaram as tropas militares, os povos indígenas também foram os braços que forneceram seu sustento.

Palavras-chave: Brasil Holandês, mão de obra indígena, produção de víveres.

Abstract: Between 1630 and 1654, the Dutch West India Company (WIC) occupied the Captaincies of Northern Brazil. His interest was mainly related to the possibility of profiting from sugar, in retaliation for the various embargoes imposed by the Habsburg Monarchy. Despite the invasion, sugar production financed the Luso-Brazilian resistance war. At the same time, the production of cassava flour was also maintained, essential for the livelihood of settlers and troops in war. Much of the manioc planting, as well as other crops, was done by the indigenous people, whose swiddens were located in the villages that normally surrounded the mills. In this way, it becomes essential for the study of what was the Dutch occupation in Brazil, to understand the role of native peoples in this war. In addition to providing arms that swelled the military troops, indigenous peoples were also the arms that provided their sustenance.

Keywords: Dutch Brazil, indigenous labor, food production.

Carmelita Zuzart

Mestranda em História pela
Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Bolsista
CAPES.

carmelitazuzart@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.2023.1.10>

1 Introdução

Durante 24 anos (1630-1654), a Companhia holandesa das Índias Ocidentais (WIC), ocupou as capitanias do norte do Brasil¹, estabelecendo seu domínio político sobre Pernambuco (1630-1654), Paraíba (1634-1654), Rio Grande (1633-1654) e Ceará (1637-1644 e 1649-1654). A invasão, orquestrada pela República das Províncias Unidas dos Países Baixos, estava profundamente conectada a um contexto global dos conflitos entre Portugal e as Províncias Unidas. Para opor-se a Monarquia de Habsburgo, contra quem a República travava um longo conflito (a Guerra dos Oitenta Anos 1568-1648), a invasão da WIC tinha como principal objetivo abalar as bases da economia ultramarina ibérica e abrir os portos de suas colônias para as embarcações mercantes da República. Dessa forma, o Brasil tornou-se alvo de investidas militares quando o comércio entre o Brasil e os Países Baixos viu-se afetado por vários embargos impostos pela Coroa Ibérica. Nesse cenário, o interesse holandês no Brasil estava relacionado principalmente à possibilidade de auferir lucros com açúcar, mas também com o tabaco e pau-brasil (Miranda, 2020).

A primeira grande ofensiva da Companhia contra o Brasil deu-se em 1624, com a invasão de Salvador, sede do Governo Geral no Brasil. No entanto, a ocupação neerlandesa durou apenas um ano, resultando em grande prejuízo para a WIC. No entanto, após uma recuperação financeira, decorrente da captura de parte da frota espanhola da prata, em 1628, a Companhia arquitetou uma segunda investida contra o Brasil, dessa vez direcionada a Capitania de Pernambuco. A vista disso, na manhã de 15 de fevereiro de 1630, despontou no horizonte recifense uma das maiores armadas que já cruzou o equinocial (Rodrigues; Ribeiro, 1940), com os mais vastos projetos (Mello, 1978). Num panorama geral, as lutas que envolveram o Brasil e os Países Baixos tiveram como *background* “

A vida religiosa arrepiada pela Reforma Protestante. As concepções filosóficas renovadas pelo humanismo. A visão material do mundo desmesurada pelas descobertas. A ordem política refeita pela centralização monarca. [...] as sangrias demográficas da colonização e as profundas

¹ Ao tratar aqui das Capitanias do Norte do Estado do Brasil estou me referindo a uma configuração regional de limites econômicos e políticos, que compreendia os territórios ao norte do Rio São Francisco até a Serra da Ibiapaba, fronteira do Estado do Brasil com o Estado do Grão Pará e Maranhão. Ou seja: os territórios da comarca de Alagoas, como parte da Capitania de Pernambuco, de Itamaracá (extinta após 1760), Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Esses territórios estavam sob a jurisdição da capitania de Pernambuco, e o eixo Olinda-Recife foi o grande centro difusor das expedições de conquista para o litoral norte.

alterações da vida cotidiana de cada um em consequência de tudo isso (França, 1997, p.35).

Dentro desse quadro se insere o Brasil, ou melhor dizendo, as capitanias do norte do Brasil, onde o epicentro do governo flamengo se deu em Pernambuco, se estendendo por Itamaracá e Paraíba. Do Brasil, as conquistas neerlandesas alcançaram São Jorge da Mina, em 1637, e Luanda, em 1641. Coroava-se aí um “plano atlântico” da companhia holandesa, onde “o tenebroso, como era chamado o Atlântico, era também neerlandês” (Nascimento, 2008, p.25).

Do ponto de vista da economia açucareira, o cenário de ocupação holandesa na Bahia, em 1624, e em Pernambuco, seis anos depois, era o mesmo da crise do açúcar, cenário de recessão que não era apenas local. O período *ante bellum* coincidiu com os primeiros sinais de uma grande recessão europeia que viria no século XVII (Mello, 2007). Por isso, a invasão flamenga no que hoje entendemos como nordeste do Brasil, obedecia também a outros móveis. Não são menos importantes os interesses da WIC no comércio de madeira, de escravos e, não raro, a insistência em encontrar ouro e prata no Novo Mundo. No momento da ocupação holandesa, as capitanias do norte se articulavam economicamente em dois eixos principais: o primeiro, alicerçado no cultivo da cana e na produção de açúcar; e o segundo, no cultivo de produtos que supriam as necessidades dos colonos, como também a extração de pau-brasil e a lavoura de fumo (Mello, 2007).

A produção açucareira financiou a guerra da resistência luso-brasileira, através do açúcar produzido pelos engenhos que ainda estavam fora do perímetro de domínio holandês. No entanto, a partir 1637 a ocupação holandesa se expande rumo ao sul da capitania, e com isso os portos por onde era escoada a produção minguavam, bem como a entrada do apoio logístico para a resistência (Nascimento, 2008). Embora a comunicação entre o Arraial Velho do Bom Jesus² e a Europa estivesse tolhida e parte dos engenhos confiscados, a produção canavieira permaneceu, apesar de seus altos e baixos.

Uma das primeiras medidas do governador luso-brasileiro Matias de Albuquerque ao soar do desembarque holandês no Recife foi atear fogo nos canaviais. No entanto, não tardou para o governador constatar a inexistência da alternativa de uma guerra lenta, sendo

² O arraial Velho do Bom Jesus foi por 5 anos um foco de resistência luso-brasileira contra os holandeses, sendo construído logo após o desembarque holandês em Pernambuco.

indispensável a manutenção do fabrico do açúcar. Dessa forma, a paralisação dos engenhos seria inviável, pois a coroa não teria possibilidade de intervir imediato e decisivamente na contenda. Paralelamente, também foi mantida a produção da farinha de mandioca, indispensável para o sustento dos colonos e das tropas na guerra (Nascimento, 2008).

Grande parte do plantio de mandioca, como de outros viveres, era feito pelos indígenas, cujos roçados ficavam nas aldeias que normalmente circunvizinhavam os engenhos. Dessa maneira, torna-se imprescindível para o estudo do que foi a ocupação holandesa no Brasil, entender o papel dos povos nativos nessa guerra. Para além de fornecerem braços que engrossaram as tropas militares, os povos indígenas também foram os braços que forneceram seu sustento.

2 Engenhos e indígenas

Estudar a colonização pernambucana é também estudar a história da economia açucareira na capitania. E esta, por sua vez, esteve sempre de braços dados com o avanço missionário, onde a inexistência de um inviabilizava a existência do outro. Para o estabelecimento dos engenhos pelos sertões ou litorais, era imprescindível a aliança entre colonos e indígenas, mediada pelos religiosos das mais diversas ordens, onde se destacam principalmente a franciscana e a jesuítica. Ao tratar da ideia de *dominium* e *imperium*, Luiz Felipe de Alencastro pontua que a Igreja ibérica foi quem ajudou a consolidar o *dominium* através do estabelecimento de povoados coloniais nas regiões ultramarinas, fortalecendo o *imperium* na medida em que suscita a vassalagem dos povos além-mar ao Reino (Alencastro, 2000, p.27). A inserção das populações indígenas na ordem administrativa portuguesa visava não apenas cristianizar os índios, mas ressocializá-los, tornando-os subordinados cristãos do rei de Portugal, que teriam vários papéis a cumprir nessa nova sociedade que se construía.

Inicialmente, o processo de expansão das missões religiosas se direcionou para o litoral norte da capitania Duarte, mas a fertilidade do solo da região da mata sul pernambucana, propícia para a plantação de cana de açúcar, foi um forte atrativo para os colonos, que consequentemente também atraiu os frades para instalarem missões na zona meridional de Pernambuco. Dessa forma, o surgimento dos povoados e vilas na região da mata sul pernambucana esteve ligado às atividades particulares dos senhores de engenho do açúcar (Ferraz, 2008). Ipojuca, Rio Formoso, Una, Cabo, Igarassu, Goiana, Jaboatão, Muribeca, São

Lourenço e Porto Calvo são algumas das freguesias pernambucas que nasceram entre uma ou outra fresta de terra, espremidas entre sesmarias imensas, acompanhando a circunscrição de seus engenhos. Paralelamente ao surgimento dos engenhos canavieiros, se estabeleciam aldeamentos missionários, como os dos franciscanos em Una, Cabo, Igarassu, Goiana e Porto Calvo; fora todos os outros submetidos à outras ordens missionárias, à exemplo mais famoso dos Jesuítas. Desta forma, o Governo Colonial, interessado na catequese indígena e na diminuição dos perigos para os colonos instalarem suas plantações, incumbiu do trabalho evangelizador tanto os jesuítas, com aldeamentos localizados à margem do Rio Ipojuca, perto de Escada; quanto os franciscanos, mais para o Sul na zona da atual Barreiros à margem do rio Una. (Willeke, 1957).

Como já foi amplamente explicado pela historiografia nos últimos anos, os povos originários, para serem inseridos dentro da economia colonial – seja enquanto mão de obra livre ou escrava nos engenhos, seja para prover víveres –, foram submetidos a três formas de coerção. A primeira, mais inescrupulosa e mortífera, para além das perdas por causas biológicas, foi a guerra justa. A preexistência de hostilidades por parte dos índios inimigos fora o argumento central e motivador que perpassou diversos documentos legais da América portuguesa como forma de assegurar a execução das guerras justas. Houve certa plasticidade no momento de instalação dos colonizadores nos novos espaços conquistados e isso não foi diferente ao se tratar da elaboração e da manutenção da legislação indigenista. É evidente a manifestação dessa inventividade também nesse âmbito, haja vista que as distinções nos posicionamentos dos grupos indígenas implicavam diretamente nas leis e no tipo de tratamento direcionados a eles: se aliados e amigos da Coroa Portuguesa, teriam alguns direitos e mercês específicas; se rebeldes e inimigos, incidiriam sobre eles punições exemplares (Perrone-Moisés, 1992). Através das guerras justas, portanto, os colonizadores, em benefício próprio, puderam acrescentar braços indígenas como força de trabalho, justificando a “guerra aos bárbaros” pelos mais variados motivos, achando sempre um jeito de inserir seus interesses dentro das elásticas legislações indigenistas ou, muitas vezes, fazendo o caminho contrário. Assim, os esquemas de apresamento desenvolvidos pelos colonos determinavam, em larga medida, os contornos demográficos da escravidão indígena.

Os resgates, por sua vez, eram expedições de apresamento indígena que, não diferente das guerras justas, também se aproveitavam dos conflitos travados entre etnias originárias. Na

justificativa de livrar os prisioneiros que seriam sacrificados em rituais – antropofágicos ou não –, provendo-lhes a salvação pelo caminho cristão, os missionários acompanhavam os colonos nessas excursões, “resgatando” os prisioneiros de guerra de seu destino e trazendo-os para engrossar as fileiras de índios nos aldeamentos ou, mais costumeiro, transformá-los em mão de obra escrava dentro das fábricas açucareiras coloniais. À vista disto, muitos padres que acompanhavam as tropas de resgate percebiam que raras foram as guerras justas e poucos eram os legítimos resgates (Monteiro, 1992). Uma terceira via foram os descimentos, principal fonte de populações indígenas nos aldeamentos, sendo constantes e incentivados desde o regimento de Tomé de Sousa até o diretório Pombalino (Almeida, 2013, p.108). As propostas de descimento normalmente se faziam com promessas de vantagens ou presentes, visto que

A ameaça de extermínio e escravização, somada às dificuldades crescentes de sobrevivência nos Sertões – dadas as guerras intensas com seus contrários e estrangeiros, a diminuição das terras livres, as alterações no meio ambiente e consequentemente as dificuldades cada vez maiores na exploração dos recursos naturais – foram, com certeza, as molas mestras que incentivavam os índios a se aldear (Almeida, 2013, p.109).

Os aldeamentos foram espaços em que ocorriam o assentamento, muitas vezes forçado, de indígenas em novas aldeias criadas pelos colonizadores, geralmente localizadas próximas aos seus próprios povoamentos. Validada teológica e praticamente no *Diálogo sobre a conversão do gentio*, de 1556, e no chamado *Plano civilizador* (1558), de Nóbrega, essas reduções foram uma especificidade brasileira, onde índios de diferentes origens étnicas seriam concentrados e mantidos sob a administração espiritual e temporal jesuítica, separados dos colonizadores (Pompa, 2002). Diante das chacinas, guerras, epidemias e escravizações, muitas vezes a aliança com os colonos através do ingresso nessas aldeias representava uma possibilidade de sobrevivência para os povos nativos. Um outro objetivo desses espaços foi a política defensiva de criar “muralhas vivas”, frente aos indígenas inimigos da coroa, os chamados “índios bravios”, que frequentemente causavam conflitos com os colonos. Esse artifício consistia em deslocar aldeias inteiras para áreas de conflito, mostrando que governo colonial tentava – algumas vezes com sucesso, outras nem tanto –, manobrar as rivalidades existentes entre os grupos originários de acordo com seus interesses temporais (Farage, 1991).

Com a expansão da produção açucareira, a partir da década de 1570 – e esta sendo um sistema econômico de alta produtividade e com um ritmo bastante acelerado de expansão – a produção de açúcar necessitava, principalmente, de uma “injeção” no abastecimento de mão-

de-obra nos canaviais. Além da intensificação do tráfico negreiro, a cultura da cana também se utilizou do trabalho indígena. Os índios aldeados, por sua vez, mesmo sendo considerados livres no período da chegada das frotas neerlandesas, permaneceram passíveis de serem requisitados para trabalharem para os moradores, mediante pagamento de salário – o que muitas vezes não ocorria. Deles também dependia o sustento e defesa da colônia (Perrone-Moisés, 1992), uma vez que é no período de invasão holandesa que é criado o terço dos índios de Pernambuco, ou o terço de Camarão³, única tropa indígena organizada pelos portugueses dentro dos padrões militares institucionais (Silva, 2003).

3 Os Holandeses e a política indigenista

As principais leis indigenistas no período colonial datam de 1570, 1587, 1595, 1596, 1609, 1611, 1655, 1680 e, por último, 1755 (Beozzo, 1938). Não por acaso existe uma lacuna legislativa entre 1611, última lei dentro do governo português *ante bellum* à invasão holandesa e 1655, *post bellum* à restauração. Uma das constantes da política da WIC foi o reconhecimento da liberdade dos ameríndios, intenção largamente comprovada pela vastidão de cartas em que o assunto foi mencionado. Com isso, a Companhia esperava contrabalançar o perigo para a segurança do Estado, representado por indígenas não aliados e portugueses. Várias vezes o reconhecimento dessa liberdade foi reafirmado, como mostra a Resolução do Conselho Supremo⁴:

Nenhum índio poderia ser mantido em cativeiro nem obrigado a trabalhar contra a sua vontade. Assim, os que quiserem servir trabalhar para os moradores poderão fazê-lo, com a condição de que se lhes pague o salário do costume⁵ e de que não sejam forçados a trabalhar contra a sua vontade ou por tempo mais longo ou mais do que quiserem (Mello, 2007, p. 205).

Muitas vezes o responsável por mediar essas relações de trabalho eram os próprios chefes indígenas, o que eventualmente causava desentendimentos entre colonos e aldeados. Em 1640, Elias Herckmans, um importante oficial da WIC na capitania da Paraíba, relatou irado

³ Felipe Camarão, filho do chefe potiguar Potiguaçu, residia na aldeia de Miritibe, aldeamento franciscano nos limites entre Tracunhaém, Goiana e Igarassú, em Pernambuco, coração da área de engenhos no século XVII. O terço de Camarão se torna a principal força indígena a serviço da Coroa porque está institucionalizado dentro dos moldes da estrutura militar lusa e fornecia homens de forma regular.

⁴ O conselho de administração da WIC consistia de 19 membros e era conhecido como o "Heeren XIX". Aqui, me referirei a eles como "Conselho", "Diretores" ou ainda "Senhores" XIX.

⁵ Os salários dos índios eram pagos em gêneros, especialmente em panos de algodão.

como os oficiais europeus das aldeias tupi tinham que pagar os salários dos brasileiros aos capitães ou porta-vozes dos ameríndios e, segundo o oficial, “frequentemente se paga por cinco [trabalhadores tupis], mas um recebe apenas três ou quatro, e mesmo esses abandonam o trabalho antes mesmo de expirar a metade do período de contrato” (Mewese, 2003, p. 164).

Por vezes o desentendimento entre lideranças e portugueses era tamanho que o governo precisava intervir. Em agosto de 1639 o colono português Duarte Gomes queixou-se ao governador holandês Maurício de Nassau e ao Conselho Superior de que Pedro Poti, grande liderança militar indígena aliada aos flamengos, não estava disposto a fornecer trabalhadores indígenas. Gomes, que presumivelmente era o proprietário de um engenho ou usina de açúcar, informou às autoridades do Recife de forma incisiva que “Pieter Potij, capitão dos brasileiros, não é capaz de governar”. Para evitar esse problema no futuro, Maurício de Nassau e o Conselho Superior resolveram dar ordens ao Coronel Doncker, recém-nomeado “Diretor dos Brasilianos”⁶, para “procurar pessoas adequadas que pudessem ser designadas como capitães para as aldeias além de [P]oti, porque [D]uarte [G]uomes e seus labradores preferem outros” (Mewese, 2003, p. 164).

Como o governo da WIC em Recife estava interessado principalmente em empregar os indígenas como forças auxiliares contra o inimigo, muitas vezes o pagamento da tropa indígena dava-se pela partilha dos saques. Durante a conquista da província de Sergipe del Rey pela WIC no outono de 1637, por exemplo, Nassau e o Conselho Superior convocaram vários capitães de aldeia para fornecer apoio militar. Após a conclusão bem-sucedida da campanha, o governo desmobilizou as tropas nativas e forneceu mercadorias aos capitães de aldeia para distribuir entre eles. Em 30 de janeiro de 1638, o governo do Recife também instruiu o comissário de mercadorias, Johannes Engelbrecht, a fornecer aos capitães Willem Vos e Reynier Ments quantidades consideráveis de tecidos e linho. O primeiro devia distribuir as provisões entre 78 homens índios e 29 mulheres nativas; enquanto Ments receberia itens semelhantes para distribuir entre 62 homens e 29 mulheres que participaram da expedição de Sergipe del Rey por um período de três meses⁷ (Nascimento, 2008).

⁶ Nome usado pelos holandeses para indicar os indígenas aliados, normalmente grupos de fala tupi, como tupinambás, tabajaras, potiguara etc.

⁷ Como os índios da aldeia preferiam bens materiais a dinheiro, o governo WIC preferia pagá-los em linho e tecido, também porque havia uma contínua falta de dinheiro no Brasil.

Não é de se espantar que apesar de todas as promessas e resoluções, muitos nativos foram mantidos pelos holandeses em uma quase escravidão. Sobre isto, não faltam denúncias nas cartas trocadas entre as costas oceânicas. A exemplo, consta no *Relatório de viagem ao sul de Pernambuco*, de Adriaen Van Bullestrate, que, visitando o engenho do Sr. Bartolomeu o Conselheiro conversou

com o Sr. Diretor Philts, em Porto Calvo, e este disse que quando esteve em Una para tratar de certo requerimento que alguns portugueses fizeram apresentar a sua excelência que lhe pediu a respeito uma informação; disse-me que não passa de inverdades o que eles deram a conhecer sobre os brasileiros⁸ que eles mantêm como escravos; dizem que estes estão em uma aldeia o que é falso, pois que são conservados em escravidão pelos portugueses e por isso devem eles ser postos em liberdade, tanto mais quanto muitos são vindos da Baía da Traição e por nos terem prestado serviço foram escravizados (Mello, 1981b, p.182).

O que ocorria, por vezes, é que nem sempre as prioridades do governo holandês em Recife e das autoridades ultramarinas estavam alinhadas. Ao serem informados das pesadas perdas sofridas pelos grupos tupis no Brasil, os Diretores da WIC emitiram uma enérgica nota ao Recife em abril de 1642 recomendando o Conselho Superior do Recife a abster-se de empregar os indígenas com frequência nas campanhas militares. Irritados com a exploração descuidada dos povos nativos pelo governo neerlandês no Brasil, o Conselho dos XIX escreveu: “Temos Vossa Excelência e Vossas Altezas no passado repetidamente instruídos a não usar esta Nação em campanhas militares, exceto em situações de emergência” (Mewese, 2003, p. 171). Em vez de usar os indígenas como força militar, os conselheiros queriam, antes de tudo, promover a agricultura, a alfabetização e a instrução do cristianismo protestante entre os habitantes da aldeia.

A respeito da educação e instrução religiosa dos ameríndios, em 1635, o Conselho Político pediu autorização ao Conselho dos XIX para enviar 25 meninos índios a República, no intuito de instruí-los. No mesmo ano, o mesmo Conselho lembrava que o meio mais fácil para a catequese era que os predicantes aprendessem tupi, para então instruírem os índios na sua própria língua, incumbindo a eles também a tarefa de ensinar os jovens brasileiros a língua holandesa. Pouco depois, em 1636, o governo flamengo decidira adotar uma prática bastante semelhante às jesuíticas:

Afastar as crianças indígenas dos pais, para evitar que aprendessem as superstições e costumes bárbaros de seus ascendentes e se encaminhar para o

⁸ Brasileiros era o termo comumente utilizado pelos holandeses para designar os indígenas brasileiros.

Brasil um número regular de pessoas idosas, casadas, de quem se tivesse boas informações sobre o modo de vida, para que aqui se dedicassem ao ensino dos jovens, e se trouxessem filhos tanto melhor. Tais famílias seriam distribuídas uma para cada aldeia, para ai manterem escolas, nas quais seriam admitidos todos os filhos dos brasileiros logo que contassem 5, 6 ou 7 anos (Mello, 2007, p. 212).

Apesar de terem sido tomadas medidas preliminares para a execução dessa proposta, ela não chegou a ser executada em consequência da insurreição de 1645. Não obstante, o governo neerlandês incorreu, por algum tempo, o ensino leigo, onde as crianças aprenderiam a ler e escrever, além dos “costumes civis”. Na teoria, o planejamento aspirava a inclusão gradativa dos indígenas à sociedade colonial: primeiro a língua, depois os costumes e, por fim, o catecismo. Todavia, a prática murchou as expectativas neerlandesas. Segundo cartas trocadas entre o governo, os brasileiros recusaram a ideia de separarem-se de seus filhos, e muitos dos que eram instruídos logo se esqueciam das lições proferidas por seus pedagogos (Mello, 1978). Pensou-se ainda em leva-los para o Recife para ali ensinar-lhes, proposta que também foi desaprovada pelo Supremo Conselho.

Em 1638 é que se inicia, de forma um pouco mais efetiva, o processo que catequização indígena, quando o Conselho aprova a escolha do predicante David Doorenslaer, primeiro missionário a ser enviado para uma aldeia na Paraíba. O pastor sabia português e tupi, ficando encarregado do ensino dos brasileiros nas aldeias Jaocque e Pindaúna. Esses aldeamentos eram situados próximos um do outro, sendo visitados pelo predicante de forma esporádica, onde ensinava as crianças, realizava batismos e casamentos. (Mello, 1981a).

O *Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil*, apresentado pelo Conselheiro Supremo Adriaen Van der Dussen ao Conselho dos XIX, em 1640, apresenta uma lista de 21 aldeias, distribuídas entre Pernambuco, Goiana, Paraíba e Rio Grande, com o nome de seus respectivos *commandeurs*. Pouco depois, em 1642, alguns predicantes, como Doorenslaer, encaminharam ao Conselho um relatório a respeito da situação dos indígenas, no qual se pedia soluções para diversos assuntos (Mello, 1978). Nele, os pregadores calvinistas sugeriam que os filhos dos indígenas aldeados fossem enviados para os prédios onde funcionaram alguns conventos franciscanos. A proposta foi bem recebida pelo Supremo Conselho, que não tardou a submeter a proposta perante o Conselho dos XIX, que em nada se opôs. No mesmo ano, os predicantes se reuniram para arquitetar as bases da nova política de catequese, bem como redigir seu futuro regulamento.

Conquanto à disposição dos Conselheiros e religiosos de prosseguir com o acordado, não muito tarde se depararam com sua maior dificuldade: o convento escolhido para se transformar em escola estava servindo de alojamento, como também depósito de armamentos e munições. Mediante a impossibilidade de construir um novo edifício para receber a mudança de material – porquanto o estado anêmico que se encontrava a tesouraria da Companhia – o projeto de catequização, mais uma vez, não prosseguiu. Um outro forte motivo para o abandono da ideia de separar as crianças de seus pais se deu pela estridente objeção por parte dos últimos, que não hesitaram em causar algumas mortes flamengas.

Dentre tantas medidas e tentativas frustradas de iniciar a catequização brasileira, a que parece que conseguiram tocar, ainda que a trancos e barrancos, foi a dos mestres-escolas, que lhes rendeu alguma instrução religiosa. Esses mestres eram holandeses letrados, não necessariamente pertencentes à alguma Ordem religiosa, responsáveis por instruir a população aldeada nas técnicas do ler e do escrever, bem como introduzi-los à cultura ocidental (Schalkwijk, 2004). No relatório de Bullestrate, o Alto Conselheiro previne que, no aldeamento de Una, há pedido de um consolador de enfermos e um mestre-escola, pois ali haveria uma companhia de soldados e alguns neerlandeses residentes (Mello, 1981b). No mais, os neerlandeses pareceram ter içado a bandeira branca frente os planos missionários, uma vez que os documentos não mais mencionam a elaboração de nenhum novo projeto catequético.

4 A questão do abastecimento

Ao longo da guerra, o provimento das tropas era dependente, grosso modo, da farinha de mandioca. Dessa forma, uma das principais preocupações de Maurício de Nassau e do Alto Conselho ao assumir o governo do Brasil holandês foi a expansão da produção de farinha de mandioca. Preocupação razoável, visto que o efetivo neerlandês girava em torno de 5.000 soldados, aproximadamente (Nascimento, 2008, p. 156).

O conhecimento da WIC dos locais em que a mandioca era plantada remonta aos primeiros anos da conquista. Três anos após a chegada em Pernambuco, o Conselho Político enviou aos Países Baixos um relatório no qual mapeava os locais dos roçados. Dessa forma, chegava do outro lado da costa oceânica a localização de plantios de mandioca nas freguesias de Sirinhaém, nas proximidades do São Francisco, e em Porto Calvo. Isso para se referir a parte sul da capitania de Pernambuco. Em linhas gerais, consideram no relatório que do “rio São

Francisco até Porto Calvo, [as localidades] oferecem abundância de gado, tabaco, farinha e algodão”. No sentido norte, em direção à Paraíba, a informação é que as localidades não eram “mais desprovidas de farinha e gado” (Documentos Holandeses, 1633, p.118). Desde cedo os flamengos observaram que “a farinha, proveniente da raiz mandioca, serve-lhe de pão, a aos naturais, tanto portugueses como brasileiros, preferem-na ao nosso trigo” (Documentos Holandeses, 1633, p. 122). Em outro relatório fornecido por indígenas levados à Holanda, aparecem “recomendações” de como se conquistar o Rio Grande e estabelecer contato com as tribos das proximidades. Dentre as instruções, a recomendação era que, após a conquista, seria necessário “deixar uma guarnição adequada na fortaleza, fortificá-la contra as violências, aprovisioná-la de todo o necessário” (De Laet, 1637). Para tal, os navios deveriam estar carregados, além dos víveres, de mercadorias de troca para o trato com os tapuias⁹ e brasileiros. Sobre os recursos locais, os indígenas aliados recomendaram que a WIC não duvidasse de que “eles contenham boa quantidade de farinha, ervilhas, feijão e outras virtualhas dos selvagens para mandar a Pernambuco” (De Laet, 2007).

Além da zona da mata sul pernambucana, a região da várzea do Capibaribe também produzia farinha, mas esta destinava sua produção para o consumo de seus moradores (Mello, 1981a, p. 39). A oeste do Recife, a região de São Lourenço, denominada por Verdonck como “mata do Brasil”, produzia, além de fumo, feijão e milho, uma “boa quantidade de farinha” (Mello, 1981a, p. 44). Ao norte da capital, no entanto, as freguesias de Goiana, Araripe e Igarassu, passam despercebidas quanto a cultura da mandioca. O conselheiro político, Joannes van Walbeeck, também ressaltava a produção de farinha de mandioca, principalmente ao sul do Recife, nas freguesias de São Francisco, Porto Calvo, e Alagoas. Sobre a agricultura de subsistência, especificou que “a farinha feita das raízes da mandioca serve-lhes [aos portugueses e luso-brasileiros] de pão, e é mais agradável aos portugueses e brasileiros do que o nosso trigo” (De Laet, 1637, p. 159). Seguramente, foram essas localidades que forneceram farinha para as tropas que se lançaram nas campanhas de conquista da Paraíba, Rio Grande, Ceará, Maranhão e Pará.

Através do relatório do conselheiro Van der Dussen, sabemos que no aldeamento do Una, que naquele momento estava sob o comando do capitão Pieter Michielsz, havia cerca de

⁹ Termo genérico utilizado pelos invasores para se referir a grupos indígenas de língua e cultura não-tupi, geralmente pouco conhecidas dos europeus

44 homens, entre velhos e jovens, aptos para a guerra ou não. Quanto as mulheres e crianças, estavam em proporção, com relação aos homens, “de no mínimo, 3 para 1” (Mello, 1981a, p. 184). Fazendo os cálculos, isso resulta num montante de pelo menos 132 indígenas aldeados naquela localidade no ano de 1640. Ainda consta no mesmo relatório que “em cada aldeia há um capitão brasileiro e em cada casa um principal, a quem todos obedecem de boa vontade, e que se estão satisfeitos por poucas ordens lhes dá” (Mello, 1981a, p. 183). Mas há, também, um comandante holandês, uma vez que

além do capitão brasileiro, foi posto em cada aldeia um capitão holandês que regem a eles e aos seus principais; a sua maior atribuição para o trabalho é dirigi-los na melhora das plantações e conceder-lhes permissão para trabalhar para senhores de engenho, verificando que não sejam vítimas de enganos e que seu trabalho lhe seja pago¹⁰ (Mello, 1981b, p.183).

O Conselheiro ainda descreve que “em volta das aldeias plantam suas roças de mandioca e de favas nativas com o que se alimentam, além do muito que conseguem caçar, como sejam veados, porcos selvagens, tatuí e outros animais. Comem também muitos frutos que encontram nas matas” (Mello, 1981b, p.183). Através de seu relato sabemos que em 1635, subindo o curso do rio Capibaribe, havia roçados de víveres que se estendiam ao norte pela Terra Nova e São Miguel e ao sul; por Periperi e pela várzea do Tapacurá. Os distritos meridionais de Una, Porto Calvo e de ambas as Alagoas também forneceram farinha as guarnições do Arraial do Cabo (Mello, 2007). Esses distritos já eram responsáveis por fornecer víveres aos colonos antes da chegada das tropas holandesas em Pernambuco. Na *Memória oferecida ao Conselho Político de Pernambuco*, o comerciante holandês Adriaen Verdonck comunica que já em 1630 havia perto de Porto Calvo um povoado chamado Una, cujos arredores havia muito gado e seus moradores plantavam muita mandioca e milho, como também muito fumo, feijão, favas e outros cereais e frutas; também pescavam e levavam tudo para vender no Recife. (Mello, 1981a).

Apesar de não dispomos de dados da produção de mandioca por localidade, certamente quase todos os pontos da capitania de Pernambuco elencados acima aprovizionavam farinha aos sitiados no Arraial Velho do Bom Jesus no início da guerrilha. Lembremos que a população de Olinda foi para o Arraial se juntar à resistência, crescendo as tropas e, por consequência, a

¹⁰ Empregam-se eles por períodos de 20 dias, de cada vez, recebendo por isso 8 ½ varas de pano; terminado o prazo é muito difícil mantê-los no trabalho. A ocupação na qual são geralmente empregados é a de cortar lenha para os engenhos a saber, cada um deles 20 medidas (aproximadamente, outras tantas *vadem* = como medida de volume usada para madeira, o *vadem* correspondia a 3,5 x 0,80 x 0,20m.).

necessidade de víveres. A guerra de resistência pôs fim à regularidade da produção de farinha tanto dos locais próximos ao Arraial, como do sul da capitania de Pernambuco, sendo as produções de Goiana, Itamaracá e Paraíba retomadas após sua queda. Com o avanço das tropas para o sul, as freguesias mais próximas ao Recife deixaram de estar no epicentro da guerrilha. Dessa forma, gradativamente locais como a Várzea e Igarassu, por exemplo, começaram a ser reocupados por luso-brasileiros que aceitaram a dominação batava e retomaram a produção de açúcar. É na ocasião da recuperação da produção açucareira, que o governo holandês procurou, nas propriedades daquelas freguesias, aumentar a produção de farinha de mandioca (Mello, 1981a).

A questão do abastecimento de víveres para o exército foi preocupação constante em boa parte, senão em toda, permanência dos neerlandeses na capitania pernambucana. Normalmente, ele se dava de três formas. Na primeira, vivandeiros eram encarregados de suprir as tropas, sendo instalados nas proximidades dos acampamentos. Noutra, o próprio governo se encarregava de enviar da República os mantimentos necessários, sendo a solução mais dispendiosa e inviável. A última se dava pelo abastecimento nas fontes de produção: seja por pilhagem dos campos ou pela instauração de quotas fixas de alimentos pelos habitantes da área ocupada (Nascimento, 2008).

O provimento das tropas virou um problema à medida que a produção de alimentos não cresceu proporcionalmente ao aumento da demanda causado pelas guerras. Apesar de não termos informações precisas quanto ao crescimento demográfico em torno do Recife, em meados de 1641, além da população do Recife, que girava em torno de cinco a seis mil pessoas, agrupavam-se próximas várias aldeias de brasileiros. Essa concentração populacional deve-se também e sobretudo ao fato também de que entre Itamaracá e a Várzea do rio Una se situar a grande maioria dos engenhos moentes (Nascimento, 2008). Sobre a crise do abastecimento, Evaldo Cabral de Mello explica que o redirecionamento da população de Olinda e do Recife para os setores rurais e o abandono de muitos roçados pelos moradores obrigados ao serviço da milícia, juntaram-se aos efeitos de um ano seco, dando lugar a tamanha penúria que o preço da farinha da terra quintuplicaria (2007, p. 230). Apesar de “alojar, alimentar e pagar” todos os homens recrutados aparentar ser obrigações básicas no mundo militar, Bruno Miranda mostrou em seus estudos que na verdade muitos militares não foram providos regularmente com alojamento, comida e soldo, principalmente quando operando em território inimigo. Naquele

período, teriam sido poucos os governos que conseguiram manter o pagamento de suas tropas em dia ou provê-las de forma adequada (Miranda, 2011). Para sobreviver no decorrer da guerra, tropas holandesas saqueavam provisões nas vilas em que chegavam. Manuel Calado, ao descrever a entrada dos neerlandeses em Porto Calvo na ocasião da retirada do exército do Conde de Bagnuolo, observou que os soldados “acharam muitas pipas de vinho e azeite e muita farinha” (Calado, 2004, p. 57).

Do lado luso-brasileiro, Francisco de Brito Freire, ao se referir à falta de provisões no Arraial do Bom Jesus, menciona que houveram dias em que a ração dos soldados foi uma única espiga de milho grosso. Isso se deu justamente pela carência de mandioca, onde “desta sorte lavram esta farinha que, sustentando geralmente todo o Estado do Brasil, obram os índios de três castas: a que chamam uitinga, uieçacoatinga e uiatá” (Freire, 2001, p. 129). Entre as providências de Matias de Albuquerque, então governador de Pernambuco, para solucionar a querela das provisões, incluiu-se o plantio de mandioca e a preparação da farinha pelos índios das aldeias. Em 1636, o exército da resistência padecia de fome em Porto Calvo, resultando no aquartelamento, mais ao norte, de mil soldados junto aos índios de Antônio Felipe Camarão, governador dos índios de Pernambuco. Segundo o cronista do exército, perto de Rio Formoso, nas Lajes, Arquinda e Una, havia mais de 15 mil alqueires de farinha, “às quais estão a quem quiser”. Dessa forma, duzentos soldados de Martim Soares Moreno e o terço de Camarão ocuparam a margem do Una, apoderando-se dos roçados desamparados, que pouco tempo depois foram destruídos com o avanço das tropas neerlandesas pela capitania. (Mello, 2007, p. 238). Quatro anos depois, essa região foi ocupada pelo exército flamengo, que possuía guarnição em um forte no Una, com cem homens sob o comando do Capitão Jan Preston. A estadia das tropas ali possuía duas razões principais: obter sustento para a Companhia e estarem próximas das zonas de conflito (Mello, 1981a). No relatório de Adriaen Van Bullestrate, o Alto Conselheiro confirma que em 1641 os aldeamentos do Una e Porto Calvo ainda permaneciam produzindo farinha de mandioca para as tropas holandesas, embora no primeiro houvesse “dificuldade de obter farinha para a guarnição, não obstante haver abundância dela na praça” (Mello, 1981b, p. 157).

O problema do abastecimento fez com que o governo nassoviano tomasse providências mais incisivas para aplacá-lo. Em janeiro de 1637, por exemplo, Nassau expediu editais onde obrigava cada senhor de escravos, empregados no cultivo da terra, a plantar 200 covas de

mandioca. Número que cresceu conforme os apertos, subindo para 500 covas e depois 1000 (Mello, 1978). Não possuímos dados quantitativos precisos sobre a produção e fornecimento de farinha de mandioca durante o governo holandês. Mas sabemos que em 1639 o Coronel Hans Koin reportou à administração superior que a Freguesia de Sirinhaém levantaria 3.200 alqueires de farinha a partir de 175.670 covas de mandioca plantadas (IAHGP, 1639a). Ao norte de Pernambuco o plantio da mandioca já estava bem consolidado, onde a produção de farinha por alqueire em Itamaracá era mais de cinco vezes maior que a freguesia de Sirinhaém (IAHGP, 1639b). Já na jurisdição de Olinda a produção de farinha também era bem menor do que a da capitania de Itamaracá, ficando em torno de 2.320 alqueires (IAHGP, 1639c).

Desses dados, não conseguimos distinguir entre a produção de farinha pelos indígenas nos aldeamentos, da produção de mandioca dos engenhos. Ou ainda discriminar, dentro do segundo caso, quanto foi produzido por mão de obra livre e assalariada, da produção feita pelos escravos negros ou pela mão de obra nativa. Contudo, sabemos que a retomada da atividade açucareira, com toda a sua complexidade, exauria a mão-de-obra escrava. No final das contas, não dava tempo aos escravos de trabalharem na plantação e corte da cana e, na entressafra, produzir a finta de 500 covas exigidas pelo governo. Além da falta de tempo para o plantio, também faltavam braços. Vale salientar que em meados de 1639 os lavradores tinham a obrigação de fornecer 1000 alqueires de farinha¹¹.

O aspecto da insuficiência de mão-de-obra escrava para o cultivo da mandioca merece um pouco de atenção. Nos anos de 1638, 39 e 40, o número de escravos vendidos em Pernambuco era de, respectivamente, 1.711, 1.802 e 1.188. Apesar de parecer muito, este número de escravos para o período em questão não satisfazia ainda à demanda para a produção total dos engenhos da conquista. Para ser ter uma ideia, a população escrava em Pernambuco antes da chegada dos holandeses beirava 5.000 pessoas. No auge da importação de escravos para Pernambuco, os holandeses puderam contar com pouco mais de 5.500 deles, no ano de 1644 (Nascimento, 2008). O quantitativo de escravos negros não seria suficiente para suprir todas as demandas da guerra.

¹¹ Segundo Mello, “já ficou referido que, em 1637, os Vereadores da Câmara de Olinda previram uma fome geral, porque os moradores haviam alugado os seus negros para a plantação de canaviais. Em 1639 os senhores de engenho e lavradores alegaram que não poderiam plantar, ao todo, 500 covas de mandioca por escravo nos meses de janeiro e agosto, porque em agosto e setembro os negros estavam ocupados com o corte da cana, o seu transporte, a moagem etc.” (Mello, 1978, p. 152).

A condução dos indígenas às funções voltadas para os mais diversos tipos de cultivos no governo neerlandês não foi pontual e precedeu a invasão. Ameríndios eram empregados em tarefas específicas nos engenhos. Stuart B. Schwartz ao escrever sobre o desenvolvimento da indústria açucareira na Bahia, revela que em alguns engenhos a mão de obra indígena fora utilizada, principalmente, como força de trabalho auxiliar,

fazendo serviços de manutenção ou secundários à atividade de produção do açúcar. Foram encarregados de limpar e consertar o sistema hidráulico, trabalhar nos barcos, pescar, plantar, caçar e corta lenha. [...] no século XVI, os principais ajustes com os trabalhadores [indígenas] baseavam-se em troca de mercadorias pelo cumprimento de tarefas específicas (Schwartz, 1988, p. 59).

Em Pernambuco não fora diferente. Em 1638, Mauricio de Nassau e os conselheiros Mathias van Ceulen e Adriaen van der Dussen relatavam que os trabalhadores indígenas eram usados principalmente para “cortar lenha para os Ingenhos [engenhos de açúcar], plantar cana-de-açúcar e limpar canaviais e para dirigir carroças e cuidar de gado” (HERCKMANS, 1879, p. 290). A mão de obra indígena também continuou sendo estimada para suprir as lacunas deixadas pelas frequentes fugas de escravos africanos que encontraram, no caos provocado pela invasão da WIC, uma chance de escapar dos engenhos de açúcar e se refugiar no interior do Brasil. Por fim, os indígenas também eram utilizados para o corte e coleta do pau-brasil, valiosa árvore utilizada como corante na indústria têxtil europeia. O que a documentação também deixa claro, é que o principal motivo que levou o governo da WIC impedir que os índios fossem escravizados pelos portugueses, ou quaisquer proprietários de engenhos, é pela necessidade que estes tinham de ter os nativos como aliados militares¹². Tópico esse que merece mais atenção, mas que não será destrinchado aqui por escapar à proposta do trabalho.

No mais, fica evidente que não à toa os aldeamentos citados estavam localizados nos arredores dos engenhos canavieiros. A montagem da estrutura canavieira no nordeste deixou pouco espaço para a diversificação da produção agrícola. Com a prioridade do uso da terra e da mão de obra escrava estando direcionada para a produção açucareira, o cultivo dos roçados ficara a cargo, desde os primórdios da ocupação portuguesa, do trabalho indígena. Com a progressiva necessidade de aumento de consumo e produção da farinha de mandioca, Nassau precisou estabelecer uma política para o alcance dessa produção mediante o pagamento de uma

¹² Um trabalho interessante que aprofunda esse tema é MEWESE, 2003.

quota. Como Evaldo Cabral de Mello pontuou, o fracasso dessa política desencadeou, muitas vezes, o uso da violência para obtê-la. Tal atitude por parte do governo holandês provocou grande insatisfação entre a população local, que passou a sabotar a política de quotas da WIC (Mello, 1981b). A ideia de Nassau em produzir mais farinha não funcionava na prática. Em Ipojuca, por exemplo, a produção semanal ficou em torno de 12 alqueires, segundo o mesmo documento.

Dos relatórios aqui mencionados podemos inferir algumas considerações sobre situação dos aldeamentos da zona da mata sul pernambucana. A primeira, é que paralelamente ao esvaziamento da mão de obra indígena nos engenhos, elas não foram escanteadas, sendo, na verdade, realocadas para outras funções, ainda a serviço do governo – seja português, seja flamengo. Aquartelados dentro dos aldeamentos, a população indígena fornecia braços para trabalho (remunerado ou não) nas lavouras de subsistência, ou eram incorporados ao terço militar indígena, tendo como seu líder o potiguar Antônio Felipe Camarão. A decisão de assentar o acampamento das tropas nos aldeamentos também revela que, aquela altura, havia nesses espaços um nível organizacional de produção suficiente para abastecer-las. Naquela região, os indígenas cultivavam roçados de mandioca e estavam sob a administração de um comandante flamengo, como também sob as instruções de mestres-escolas, que, à sua maneira, catequizavam, ainda que de forma menos incisiva ou pragmática, aqueles nativos.

5 Conclusões

Durante a primeira metade do século XVII, a Holanda “quebrou” o monopólio açucareiro do império hispânico no Brasil. Com um intuito de se apropriar da economia já existente em funcionamento, os holandeses invadiram algumas capitanias do norte do Brasil, submetendo uma área da colônia ao seu domínio. Nas aldeias indígenas que estavam próximas de Recife, procurou-se fazer alianças com os grupos indígenas, como estratégia para defesa e inserção à produção na colônia, propondo, inclusive, remuneração. Apesar do caráter amistoso das intenções flamengas a respeito dos brasileiros, transparecido nas cartas trocadas entre o governo holandês na capitania e o Conselho dos XIX, as diversas denúncias – que saltam entre os mais variados graus de abuso – acusam que, como qualquer indústria colonial, a empresa

neerlandesa seiscentista, apesar de não incentivar, não estava interessada em renunciar seus planos para com a WIC em detrimento da causa indígena.

A valer, o período holandês em Pernambuco se encerra sem efetivar nenhuma legislação indigenista, mas não por falta de tentativa. A despontada flamenga no litoral pernambucano não cunhou, enquanto um de seus caracteres principais, a expansão da fé reformada, como ocorreu com os colonizadores católicos que os precederam, almejando “alargar a fé e o império”. No entanto, a postura neerlandesa pouco diferiu da portuguesa, no que tange o desejo de imprimir seu modelo cultural nos povos que aqui já existiam, bem como usá-los enquanto mão de obra involuntária. Também não estava entre as preocupações holandesas, reinventar ou criar um novo Brasil. Eles transformaram, ou tentaram transformar, uma estrutura anterior. Quando da chegada das tropas neerlandesas, já existia em Pernambuco uma estrutura administrativa. Dessa maneira, era preciso aos recém chegados “entender esse *status quo ante*, dominar os códigos daquela sociedade e, só assim, implantar a sua política administrativa” (Nascimento, 2008, p. 30). No tocante a administração dos povos indígenas, conforme o controle flamengo se expandia pela capitania, os aldeamentos encontrados pelos caminhos foram sendo incorporados aos seus domínios, com as mesmas funções e expectativas destinadas pelo governo luso-brasileiro: prover os mantimentos da colônia. No mais, entre espadas lusas e holandesas, os brasileiros estavam sempre achando-se postos frente à linha de defesa.

Fontes

CALADO, Manoel. 2004. *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*. – Recife: CEPE.

DE LAET, Johannes. 2007. *Roteiro de um Brasil desconhecido: descrição das costas do Brasil [1637]*. KAPA Editorial.

HERCKMANS, Elias. 1879. “*Generale Beschrijvinge van de Capitanie Paraíba, (1639) -Bijdragen en Mededeelingen van het Historisch Genootschap*.” pp. 318-367.

IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijkse notulen*. 22/07/1639a, 26/07/1639b, 23/08/1639c.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. 1981a. *Fontes para a história do Brasil Holandês, vol. 1 - A economia Açucareira*. Recife, Pernambuco, Brasil: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. 1981b. *Fontes para a história do Brasil Holandês, vol. 2: A administração da conquista*. Recife, Pernambuco, Brasil: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória.

Relatório do Conselho Político aos Estados Gerais. 11/07/1633. In: *Documentos Holandeses*. Vol. I. Ministério da Educação e Saúde. 1945, pp.118-120

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 2000. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.

ALMEIDA, Maria Celestino de. 2013. *Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura na aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ALVEAL, C.; DIAS, T. A. 2020. Por uma história das Capitanias do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. *HISTÓRIA UNICAP*, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 10–32.

BEOZZO, José Oscar. 1938. *Leis e Regimentos das Missões: Política Indigenista no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.

FARAGE, Nádia. 1991. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FERRAZ, Socorro. 2008. Sesmarias do açúcar. Sítios Históricos. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, (Online), v. 26, n. 2.

FREIRE, Francisco de Brito. 2001. *Nova Lusitania: História da Guerra Brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. 1997. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Editora Hucitec.

MELLO, Evaldo Cabral de. 2007. *Olinda Restaurada – Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed.34.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. 1978. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação Holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE).

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Leiden. (Tese de doutorado), Universidade de Leiden, 2011.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Fontes e abordagens recentes para a História das Capitanias do Norte: um guia de pesquisa sobre o tempo dos holandeses (1630-1654). *HISTÓRIA UNICAP*, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 33–55, 2020.

MONTEIRO, John. 1992. O escravo índio, esse desconhecido. In: *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. 2008. *O desconforto da governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Niterói, RJ. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de História.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 1992. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP.

RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. 1940. *Civilização holandesa no Brasil*. São Paulo.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva. 2003. '*Nas Solidões Vastas e Assustadoras*'- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife, PE. (Tese de doutorado em história). Universidade Federal de Pernambuco.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. 2004. *Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 - 1654)*. São Paulo: Cultura Cristã.

SCHWARTZ, Stuart B. 1988. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.

WILLEKE, Frei Venâncio. 1957. As missões da Custódia de Santo Antônio 1585-1619. In: *Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil: Edição comemorativa do Tricentenário 1657-1957*. Volume I. Recife: Provincialado Franciscano.